

## **Aspectos educativos das lutas contemporâneas em defesa da educação pública: uma análise do Encontro Nacional de Educação**

Evandro de Godoi<sup>1</sup>, Tarcísio Samborski<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este texto está inserido nas discussões acerca dos movimentos sociais populares e sua articulação em torno da luta pela educação. O artigo apresenta os resultados e reflexões de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com o objetivo de compreender alguns aspectos educativos presentes nas lutas contemporâneas em defesa da educação pública. Para tanto, foi desenvolvido um estudo documental sobre os materiais produzidos e divulgados pelos coletivos convocatórios do I Encontro Nacional de Educação (ENE), realizado em 2014 no Rio de Janeiro-RJ. Os materiais coletados foram submetidos aos procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD) e as categorias da pesquisa foram obtidas de forma indutiva e contextualizadas com referencial teórico crítico sobre as políticas educacionais. A investigação evidenciou como pressupostos implicados na luta pela educação pública: a necessidade de rearticulação dos sujeitos organizados e a reafirmação da educação pública como um direito social e a resistência à fragmentação e mercantilização crescentes no campo educacional a partir do cenário dado pelas políticas educacionais.

### **Palavras-chave**

Direito à educação. Plano Nacional de Educação. Qualidade social. Análise Textual Discursiva.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: eyevandro@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha, Campus Santo Augusto, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: tarcisio.samborski@iffarroupilha.edu.br.

## **Educational aspects of contemporary struggles in defense of public education: an analysis of the National Education Meeting**

Evandro de Godoi<sup>3</sup>, Tarcísio Samborski<sup>4</sup>

### **Abstract**

This text is inserted in discussions about popular social movements and their articulation around the struggle for education. The article presents the results and reflections of a qualitative research conducted in order to understand some educational aspects that are present in contemporary struggles in defense of public education. For that, a documentary study was developed on the materials produced and disseminated by the collective outlets of the First National Meeting of Education (ENE), held in 2014 in Rio de Janeiro-RJ, Brazil. The collected materials were submitted to the Discursive Textual Analysis (DAT) procedures and the categories of the research were obtained in an inductive manner and contextualized with a critical theoretical framework of educational policies. Research showed assumptions involved in the struggle for public education: the need for re-articulation of organized subjects and reaffirmation of public education as a social right and the resistance to fragmentation and increasing commercialization of the educational field from the scenario given by educational policies.

### **Keywords**

Right to education. National Education Plan. Social quality. Discursive Textual Analysis.

---

<sup>3</sup> Master degree student in Education, Federal University of Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil; administrative technician at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Farroupilha, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: eyevandro@gmail.com.

<sup>4</sup> PhD in Rural Extension, Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Farroupilha, Campus Santo Augusto, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: tarcisio.samborski@iffarroupilha.edu.br.

## Considerações iniciais: neoliberalismo e impacto nas políticas educacionais

A escolarização no Brasil, na qualidade de política pública, constituiu-se na dinâmica da sociedade e esse processo se deu marcado pelas relações sociais, econômicas e culturais mais amplas. Com efeito, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garante a educação pública como direito de todos, dever do Estado e da família, anuncia o compromisso de todos os entes federados e a elaboração de Plano Nacional de Educação (PNE) com metas como a universalização do atendimento e melhoria na qualidade (BRASIL, 1988).

Contudo, o contexto no qual nasce a Constituição democrática encontra-se em processo de mudança decorrente da globalização capitalista, o que demanda do Estado redefinições na sua atuação. O impacto nas políticas sociais, dentre elas a educação, caracterizou-se pela redução do atendimento e restrição na oferta (PERONI; BAZZO; PEGORARO, 2006). Constata-se que o compromisso de consolidar um sistema de educação segue nesse contexto de protelamento (SAVIANI, 2010). As mudanças no mundo econômico, no papel do Estado e da sociedade civil, definiram outra trajetória para as políticas sociais, deslocando-as para o domínio do mercado ou do terceiro-setor<sup>5</sup>. As decorrências da consolidação do neoliberalismo instauraram uma lógica de eficiência, produtivismo e meritocracia (GENTILI; SILVA, 1994) que impregnou o tecido das relações sociais, nelas incluídas as políticas educacionais.

Consequentemente, acentuaram-se as formas de resistência e críticas a essas medidas. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), formado em 1986 por mais de 30 entidades, tendo papel atuante no processo constituinte e na proposição de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BOLLMANN, 2010), organizou demandas fundamentadas na CF/88, sobretudo no que se refere à responsabilidade do Estado no financiamento e execução de políticas educacionais. O esforço desse coletivo materializou-se na elaboração do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira (BOLLMANN, 2010), alternativo ao que se desenhava na conjuntura do governo Fernando Henrique Cardoso, que em 1995 aprovou a Reforma do Aparelho do Estado (PERONI, 2006; CAMINI, 2006). O PNE da Sociedade Brasileira foi ampla e democraticamente discutido entre os movimentos sociais do campo educacional, porém, após ser transformado em Projeto de Lei, o Ministro de Educação

---

<sup>5</sup> Sobre as características desse momento de redefinições do papel do Estado e as diferenças entre as estratégias entre neoliberalismo e terceiro-setor, no que concerne às estratégias de enfrentamento da crise desse “Estado gastador”, conferir: PERONI, V. Privatização do Público *versus* Democratização da gestão da educação. In: GOUVEIA, A.; PINTO, J. M. R.; CORBUCCI, P. R. (org.) **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_federalismopoliticas.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_federalismopoliticas.pdf).

Paulo Renato de Souza apresentou ao congresso o PNE fruto do Executivo, materializado de forma rápida e posteriormente aprovado (BOLLMANN, 2010).

O PNE rapidamente aprovado revelou o compromisso do governo FHC com as concepções de política educacional dos setores hegemônicos da sociedade. Nesse sentido, conforme análise de Bollmann (2010) houve o aprofundamento da fragmentação na implantação do plano e a inviabilidade de execução das metas, visto que foram vetadas no texto final as referências quanto ao financiamento necessário. Esse cenário de fragmentação e desresponsabilização do Estado ampliou os espaços de privatização na política educacional.

Nesse sentido, os reflexos são sentidos nos diferentes níveis de atuação da educação. Diálogos informais com trabalhadores escolares e observações empíricas evidenciam que o cotidiano escolar estrutura-se de modo a dificultar a organização e a reivindicação de condições dignas de trabalho e estudo. As demandas da comunidade escolar, as rotinas administrativas, as avaliações externas ao trabalho docente e a sobrecarga de trabalho são alguns fatores que, frequentemente, são mencionados como limitadores a uma organização e reflexão acerca do processo de trabalho em educação.

O presente artigo lançou olhar sobre as movimentações de resistência e anúncio de outros cenários. Junto à busca na literatura e na realidade concreta, de movimentos ou ações de resistência e alternativa, constatou-se a necessidade de ampliar a discussão e compreensão acerca das lutas sociais de disputa por projetos de educação.

A pesquisa iniciou-se pela busca desses espaços de luta. Dentre os movimentos contemporâneos, destaca-se o Encontro Nacional da Educação (ENE), cuja primeira edição foi convocada em 2014 pelo “Comitê em defesa dos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação pública, já!”<sup>6</sup>. Junto à demais entidades sindicais da área, coletivos estudantis e Movimentos Sociais Populares, o movimento surgiu com esse intuito de retomar e unificar as lutas em torno da educação pública, gratuita, laica e com qualidade social<sup>7</sup>.

O Encontro aconteceu no mês de agosto de 2014, no estado do Rio de Janeiro, envolvendo mais de duas mil pessoas, porém, foi precedido de etapas estaduais caracterizadas por intensos debates e avaliação diagnóstica de cada realidade, à semelhança dos debates promovidos pelo FNDEP na década de 90 do século XX, e as relações com a conjuntura

---

<sup>6</sup> Comitê composto pelas entidades: Sindicato Nacional de Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Associação Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), CSP-Conlutas, Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes (UNE), Federação Nacional de Estudantes do Ensino Técnico (FENET), Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

<sup>7</sup> Qualidade social ou qualidade socialmente referenciada emprega-se em oposição à ideia de “qualidade total”, gestado no mundo produtivo e sendo utilizado como parâmetro avaliador também de serviços públicos. O termo foi usado como parte do tema do segundo Congresso Nacional de Educação do FNDEP.

maior em que se inserem. A pesquisa adquiriu relevância no contexto atual brasileiro, de retrocessos no direito à educação, sucateamento das redes públicas de ensino, precarização do trabalho em educação, descumprimento de acordos democráticos em detrimento da educação com qualidade das futuras gerações, criando um cenário de desolação e aprofundamento de dívidas históricas. Sendo assim, compreender e refletir sobre os espaços de esperança e resistência consiste em uma tarefa imprescindível.

Dessa maneira, este texto socializa as interpretações e reflexões oriundas de análise empregada nos documentos produzidos pelos participantes do ENE nas etapas de preparação (atas das reuniões) e na síntese das discussões finais (cartilha final). Delimitou-se o *corpus* de análise às atas de reuniões preparatórias do ENE organizadas no Rio Grande do Sul. A análise foi conduzida sob o objetivo de compreender alguns dos aspectos educativos das lutas contemporâneas em defesa da educação pública.

### **Metodologia: a Análise Textual Discursiva como ferramenta de produção de sentidos**

O estudo realizado constituiu-se de análise sobre documentos produzidos pelos participantes do ENE de 2014. Desse modo, buscou atender ao objetivo dentro das possibilidades e limitações da abordagem qualitativa a qual se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Os documentos foram submetidos aos procedimentos da análise textual discursiva (ATD), definida pelos desenvolvedores como

uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

Os procedimentos que integram a ATD estão organizados em um processo de fragmentação de cada texto em unidades menores de sentido para posterior reorganização delas num processo que os desenvolvedores da técnica denominam de processo auto-organizado que perpassa a produção de metatextos, compreensões produzidas pelo pesquisador à medida que interage com os materiais analisados. Os momentos da análise compreendem:

1. *Desmontagem dos textos*: também denominado de processo de unitarização, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados. 2. *Estabelecimento de relações*: processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias. 3. *Captando o novo emergente*: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo [...] O metatexto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores. 4. *Um processo auto-organizado*: o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e, em certa medida, planejados, em seu todo constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. (MORAES, 2003, p. 191, grifos do autor).

Considerou-se o uso dessa metodologia de análise em razão do escopo e objetivos da pesquisa: compreender os aspectos da dimensão educativa das lutas pela educação, o que implica a imersão nos discursos produzidos pelos participantes do ENE e disponibilizados em endereço eletrônico. Dessa forma, o *corpus* da análise constituiu os seguintes documentos: 10 atas de reuniões preparatórias que aconteceram em universidades do Rio Grande do Sul; e a cartilha final, documento síntese do encontro realizado no Rio de Janeiro em 2014. A seleção dos documentos deu-se com o intuito de captar os momentos de debate dos diferentes sujeitos e coletivos que convocaram do ENE, bem como a sistematização dos debates. Os documentos foram transcritos, as linhas numeradas e as unidades de sentido foram sublinhadas a fim de facilitar os procedimentos da ATD, especialmente no que concerne ao retorno sistemático ao texto, a *impregnação*.

### **O direito à educação no contexto de projetos sociais em disputa: discussão dos resultados da pesquisa**

A metodologia escolhida para a análise propiciou intenso envolvimento entre os materiais produzidos e a interlocução com o referencial teórico. Além disso, conduziu a busca de teorias que fundamentassem os entendimentos tácitos (MORAES, 2003) do pesquisador. A exposição das etapas do processo está disposta em esquema que evidencia certa linearidade, no entanto, enfatiza-se que essa característica não corresponde a um processo mecânico ou rígido, o que uma leitura superficial sobre a ATD pode, equivocadamente, inspirar. Ao

contrário, a prática de análise com ATD se deu nesse trabalho como recurso dinamizador e articulador dos objetivos da pesquisa e das compreensões e sentidos produzidos no percurso.

### ***Processo de desmontagem e unitarização dos textos***

O processo de unitarização ou desmontagem dos textos das atas de reuniões preparatórias do ENE, realizadas em universidades públicas do Rio Grande do Sul, com participação de coletivos estudantis, seções sindicais de segmentos trabalhadores da Universidade e de redes estaduais e municipais de ensino, bem como demais movimentos sociais populares, foram executadas tendo como objetivo *identificar os motivos pelos quais lutam os sujeitos coletivos organizadores do ENE*.

Acerca desse exercício, cabe destacar a importância, já anunciada pelos desenvolvedores da ATD, do envolvimento com o material analisado para a constituição de um percurso auto-organizativo do trabalho. A interlocução intensa requerida nesse empreendimento movimenta, articula e ressignifica, na produção de sentidos e compreensões, diversas “leituras” com as quais se relacionam o objeto de estudo.

Toda leitura é feita a partir de alguma perspectiva teórica, seja esta consciente ou não. Ainda que se possa admitir o esforço em colocar entre parênteses essas teorias, toda leitura implica, ou exige, algum tipo de teoria para poder concretizar-se. É impossível ver sem teoria; é impossível ler e interpretar sem ela. Diferentes teorias possibilitam os diferentes sentidos de um texto. Como as próprias teorias podem sempre modificar-se, um mesmo texto sempre pode dar origem a novos sentidos. (MORAES, 2003, p. 193).

Cada ata foi analisada e decomposta em unidades de sentido, organizadas e reescritas de modo que cada unidade representasse de forma mais completa o sentido do fragmento de discurso correspondente. O processo retornou 65 unidades de sentido que posteriormente foram reconstruídas na categorização. As unidades relativas a cada ata foram organizadas e reorganizadas em um quadro único e resultante de retornos sistemáticos aos textos que a originaram, possibilitando as categorizações que em seguida serão apresentadas.

A análise do texto da cartilha final, síntese dos debates e encaminhamentos do ENE, efetuou-se a partir do objetivo *evidenciar os aspectos educativos das lutas pela educação pública* e localizou 160 unidades de sentido, posteriormente trabalhadas no processo de categorização.

## ***O processo de categorização***

A categorização é um exercício integrante do processo de produção de conhecimento por revelar o esforço empregado no estabelecimento de relações e sentidos entre os elementos investigados. No presente trabalho optou-se pela obtenção das categorias *emergentes*, “construções teóricas que o pesquisador elabora a partir das informações do *corpus*. Sua produção é associada aos métodos indutivos e intuitivos” (MORAES, 2003).

As categorias emergentes foram organizadas nos quadros a seguir, separados conforme a divisão feita no material analisado:

**Quadro 1** – Categorias emergentes dos documentos “Atas preparatórias”

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categoria Final</b>
<b>A</b> - Sujeitos coletivos organizados.	<b>A, B, C</b> - Construção coletiva da luta: concreticidade e organização.	<b>A, B, C, D</b> - O papel dos sujeitos na organização da luta por condições concretas de trabalho de educação pública.
<b>B</b> - Educação Pública.		
<b>C</b> - Encontro Nacional de Educação.	<b>B, C, D</b> - Educação pública ante os processos de privatização/precarização: articulação da resistência e luta.	
<b>D</b> - Privatização e precarização das políticas educacionais.		

Fonte: Os autores (2021).

**Quadro 2** – Categorias emergentes do documento “Cartilha final do ENE”.

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categoria Final</b>
<b>A</b> – Sujeitos organizados	<b>A, B</b> – Luta social dos trabalhadores pelo Direito à Educação.	<b>A, B, C, D, E</b> – A Educação pública frente aos processos de privatização das políticas e precarização das condições de trabalho: resistência e reafirmação de um direito social.
<b>B</b> – Organização da Luta		
<b>C</b> – Estado e políticas sociais no Brasil	<b>C, D</b> – Papel do Estado e Políticas Educacionais para a garantia de efetivação do Direito à Educação com qualidade social.	
<b>D</b> – Condições de efetivação do Direito à educação pública com qualidade social		
<b>E</b> – Educação na lógica mercantil	<b>C, E</b> – Influência do setor privado nas políticas educacionais no Brasil.	

Fonte: Os autores (2021).

A análise das atas permitiu o contato com materiais primários dos coletivos que organizaram o ENE a partir de seus locais e pares. Um aspecto observado foi o componente democrático e coletivo da construção do Encontro, mais de um participante entrevi, conforme registrado em ata, expondo a sua concepção de como deveria acontecer, evidenciando que não havia um sentido fechado, mas de fato uma tentativa de construção. A categoria final produzida, **O papel dos sujeitos na organização da luta por condições concretas de trabalho de educação pública** (quadro 1), resultou de trabalho reflexivo sobre os sentidos obtidos a partir da abordagem teórico-metodológica deste trabalho.

A categorização inicial possibilitou a compreensão de que sujeitos coletivos organizam-se a partir da partilha de uma visão de Estado e direitos em oposição ao predomínio de uma noção de organização econômica e social que privilegia a mercantilização das redes e espaços educacionais, bem como de outros lugares de socialização da cultura humana, despossuindo os sujeitos dos direitos a tal patrimônio histórico-cultural. As subcategorias que a definiram, **Construção coletiva da luta: concreticidade e organização e Educação pública ante os processos de privatização/precarização: articulação da**

**resistência e luta** situam alguns elementos da dimensão educativa existentes nas lutas pelo direito à educação pública. As condições concretas de trabalho surgiram em todas as atas, evidenciando que organizar a luta pressupõe a observação rigorosa e sistemática das mais distintas violações dessas condições nos cotidianos do trabalho como más condições de infraestrutura para o desempenho da atividade educativa e falta de tempo destinado à formação continuada dos profissionais.

Nesse contexto pode-se afirmar quanto aos motivos que demandam a organização da luta, que eles se fundamentam no sentido de educação pública enquanto direito, contrastante com os diagnósticos das situações reais de trabalho nos espaços educativos públicos. Esse entendimento evidenciou que a organização do ENE nessas circunstâncias preconiza a partilha de concepções e leituras de mundo e o manejo das negociações acerca de temáticas que emergem e/ou que são centrais para movimentos pertinentes às diferenças culturais e de ampliação de cidadania a sujeitos. Contudo, não foi possível na análise observar um aprofundamento quanto às relações existentes entre as diferentes violações dos direitos dos sujeitos trabalhadores e estudantes em razão de gênero, sexualidade, etnia e outros. Acredita-se que em parte pela predominância de pautas originárias dos diagnósticos das condições materiais e de relações de trabalho dos locais.

A investida do setor privado na educação e as consequências desse processo caracterizaram uma parte significativa das denúncias feitas pelos participantes. A lógica mercantil impregnada na cultura escolar se manifesta tanto nas práticas escolares quanto nas formas de gestão (PERONI, 2012). O produtivismo tornou-se indicador do parâmetro de qualidade e critério para concessão de bolsas nos cursos de pós-graduação na universidade, evidenciando o deslocamento do foco de valorização do trabalho docente. Estudos sobre trabalhadores docentes (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011; TREIN; GIL, 2015) confirmam as denúncias feitas pelos sujeitos organizadores do ENE de 2014. O neoliberalismo trouxe consequências para todas as relações sociais, refletindo inclusive nos argumentos e posturas do senso-comum (APPLE, 2005), implicando a ideia de que “o paradigma da ação humana em todas as dimensões passa pela relação de troca, pelo jogo de interesses” (PERONI, 2012).

Nesse sentido, a compreensão veiculada pela categoria e pelas subcategorias resultantes da análise das atas demonstra também que, em vista das diversas formas de privatização das políticas educacionais, dos currículos, da gestão escolar e da precarização crescente das condições de trabalho e dos espaços de ensino, há que se pensar formas de resistência, de articulação e em alternativas possíveis. Desse modo haverá espaço para

organizar a luta com densidade na resposta aos ataques à educação pública na sua forma de direito público subjetivo.

A categoria emergente da análise da cartilha final do ENE: **A Educação pública frente aos processos de privatização das políticas e precarização das condições de trabalho: resistência e reafirmação de um direito social** explicitou o ENE enquanto convergência e partilha de leituras da realidade social. Sua organização insere-se no campo dos movimentos sociais, os quais podem ser encarados como:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 335).

Essa definição auxilia na compreensão da síntese apresentada pelo ENE que surge com o intuito de acumular o debate, nos planos micro e macro, das demandas que são originárias da realidade concreta de trabalho nos espaços educativos. As críticas são direcionadas às políticas educacionais definidas por determinações dos organismos multilaterais do capitalismo neoliberal, ao PNE que não atende à demanda histórica de destinação de 10% do PIB para a educação exclusivamente pública, tampouco parte de diagnóstico. Remete-se à elaboração do PNE da Sociedade Brasileira, nos anos 1990, enfatizando-se o protagonismo necessário dos movimentos e sujeitos do campo da educação na projeção de planos e políticas.

A elaboração do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira enfatizou a construção coletiva e democrática com base na reflexão acumulada nos movimentos sociais do campo da educação. Sustenta-se, portanto, nas concepções, diretrizes e metas a partir dos princípios, experiências e deliberações das entidades do campo democrático-popular que integram o FNDEP. O fato de o PNE ter sido elaborado por meio desse método democrático de debate e sistematização concede-lhe a legitimidade necessária como instrumento de difusão e de disputa política do projeto de educação e de sociedade que o Fórum defende. (BOLLMANN, 2010, p. 673).

No entanto, na atualidade, os obstáculos para uma organização e apresentação de projeto alternativo de educação se multiplicam. Inexiste a mesma articulação e atuação do FNDEP, acrescidas do desmonte do Estado, a precarização do trabalho e as modificações nas

formas de financiamento e execução das atividades inerentes ao trabalho pedagógico demandam grande quantidade de tempo no preenchimento de documentos burocráticos requeridos. A reconfiguração de papéis do Estado e Sociedade Civil propiciou um aumento de ONGs e Fundações que captam recursos públicos e aplicam a partir de seus critérios. Portanto, organizar a luta passa pela apropriação de estudos que deem conta da compreensão desse processo que torna o Estado mais “desregulamentado”, desprendendo-se da ideia do Bem-Estar-Social em nome da “privatização das necessidades coletivas e da seguridade social” (HARVEY, 2011).

Cabe destacar ainda que a amplitude dos fatores de precarização do trabalho e dos espaços, e o avanço da privatização, impõe aos atores da Educação Básica uma condição que dificulta a compreensão da dinâmica social e dos projetos em disputa. As formações inicial e continuada de trabalhadores da educação são cada vez mais providas por grandes grupos privados, expressão da dimensão de abrangência da mercantilização do ensino (ADRIÃO; PERONI, 2008). Os materiais produzidos são desconectados da realidade e necessidades, perde-se a perspectiva de projeto político-pedagógico. A esse esvaziamento dos espaços coletivos de reflexão e subversão dos sentidos do trabalho pedagógico, soma-se a desvalorização dos planos de carreira e aumento da terceirização, suprimindo a capacidade organizativa. Nessa direção constitui-se a importância de as lutas pela educação problematizarem o contexto desse cenário.

### **Considerações finais**

O presente trabalho apresentou alguns questionamentos e possibilitou, através da análise, uma aproximação e caracterização das lutas contemporâneas por educação pública de qualidade. Foram recuperados, brevemente, alguns equivalentes históricos marcantes da década de 1990 relativos à temática e empreendeu-se a Análise Textual Discursiva sobre documentos do ENE, realizado em 2014.

O referencial teórico balizado em diálogo com os dados da pesquisa demonstrou o processo de disputa que atravessa as políticas educacionais: educação pública enquanto um direito social de um lado e educação como serviço a ser regulado nos moldes do privado mercantil de outro. A aprovação do PNE com vetos às questões de financiamento, rejeição do PNE constituído pelos movimentos sociais e coletivos organizados de trabalhadores da sociedade brasileira é evidência desse cenário. Não é interessante aos setores empresariais de

educação um planejamento decenal que se fundamente no fortalecimento da qualidade dos espaços públicos e dos serviços por eles oferecidos.

O envolvimento com os textos estudados se deu no intuito de compreender alguns aspectos educativos das lutas contemporâneas em defesa da educação pública. As duas categorias que emergiram foram: **o papel dos sujeitos na organização da luta por condições concretas de trabalho de educação pública e a educação pública frente aos processos de privatização das políticas e precarização das condições de trabalho: resistência e reafirmação de um direito social**. Dessa forma, cumpre aos movimentos atuais em defesa da educação pública a tarefa de apropriar-se, criticamente, de um contexto de lutas que se atualiza à medida que se intensificam as formas de condução das políticas educacionais desconectadas da realidade e da função social da educação pública.

A CF/88 garante à iniciativa privada a possibilidade de atuação na educação, no entanto, a reflexão deve voltar-se para a história da educação brasileira, para a sua realidade, para as condições de trabalho e estudo, a fim de ponderar sobre os impactos ao direito à educação provocados pela crescente privatização. O protagonismo dos sujeitos que convocaram o ENE 2014 visa ao resgate e caracterização da noção de direito à educação, com qualidade social, em contraposição à mercantilização do ensino, como possível centro articulador desse processo de resistência e debate sobre obstáculos e alternativas. Para que desse modo seja possível avançar nas lutas e na sua sistematização em articulação com os sujeitos.

## Referências

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (org.) **O público e o privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

APPLE, M. **Para além da lógica do mercado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BOLLMANN, M. da G. N. Revendo o plano nacional de educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul./set. 2010. Doi: 10.1590/S0101-73302010000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/58W3L3qtT7cxffMpbybf4L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: ?

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CAMINI, L. Reformas do Estado e a construção das políticas educacionais no Rio Grande do Sul no período 1999 a 2002. *In*: PERONI, V. M.V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 59-94.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

GENTILI, P; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Visões críticas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOHN, M. G. M. Os movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Doi: 10.1590/S1413-24782011000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2021.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MORAES, R. ; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Doi: .10.1590/S1516-73132006000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2021.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Doi: 10.1590/S1516-73132003000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021

PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. *In*: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, 2012. Doi: 10.1590/S0103-73072012000200003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.

**Revista Brasileira de Educação**, Natal, v. 15, n. 44, p. 380-412, 2010. Doi:

10.15628/rbept.2019.8218. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8218>. Acesso em: 10 abril. 2021.

TREIN, L; GIL, J. Mapa dos planos de carreira docente no Brasil. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2015. Doi: 10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67565.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67565>. Acesso em: 5 mar. 2021.

Submetido em 10 de abril de 2021.

Aprovado em 8 de junho de 2021.